


ID: 77	Jornal do Fundão	Tiragem: 10 O24	Página: 17	
Data: 26.11.2020		País: Portugal	Âmbito: regional	
		Periodicidade: semanal		

// IDANHA-A-NOVA / Câmara contesta IPCB

Prossegue a “guerra” entre instituições

Politécnico torna público o indeferimento de uma providência cautelar. Município diz que decisão não se refere à perda de autonomia da ESGIN

Célia Domingues

O Município de Idanha-a-Nova desmente a informação difundida pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) de que o Tribunal Fiscal e Administrativo (TAF) de Castelo Branco recusara a providência cautelar interposta pela Câmara por causa da reestruturação organizacional em curso. Esta proposta do IPCB vai, entre outros efeitos, retirar a autonomia da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova, com 29 anos e 252 alunos inscritos no ano passado. “A sentença do Tribunal sustenta a legalidade de todas as decisões tomadas pelo IPCB sobre esta matéria e considera tratar-se de um processo participado, transparente e com objetivos claros”, anunciou o presidente do IPCB, António Fernandes. Argumenta ainda que, nesta fase, o Tribunal não analisou nem se pronunciou sobre o essencial dos argumentos apresentados pelo Município, “quanto às



Autarquia de Idanha garante que a luta pela autonomia da ESGIN não vai parar

ilegalidades da deliberação do IPCB”.

Por sua vez, o município de Idanha-a-Nova confirma o indeferimento do TAF de Castelo Branco, mas diz que o fez “por entender apenas que a deliberação do Conselho Geral do IPCB não está a produzir quaisquer efeitos jurídicos externos. Isto porque o processo de decisão sobre este assunto não está, ainda, concluído”.

“O Município de Idanha-a-Nova, o Movimento pela Autonomia da ESGIN e os idanhenses continuarão a adotar todas as ações ao seu alcance para evitar que venha a ser tomada uma decisão definitiva do IPCB que prejudique o projeto da Escola Superior de Gestão em Idanha-a-Nova”, conclui.

A deliberação do IPCB, que prevê a sua reestruturação organizacional, foi uma decisão

aprovada a 8 de julho por uma maioria superior a dois terços dos seus conselheiros e visa a criação de nove departamentos transversais e a sua integração em quatro novas escolas. O Conselho Geral é presidido por Vítor Santos, economista em Lisboa, e tem na vice-presidência Luís Correia, que enquanto presidente da Câmara de Castelo Branco (cargo que já não ocupa) defendeu a reestruturação do IPCB e consequente perda de autonomia da ESGIN.

No dia 9 de setembro, em reunião do Conselho Geral, foi constituída uma Comissão Estatutária para a elaboração dos novos estatutos do IPCB, alinhados com a proposta aprovada. Depois de entregues, estes novos estatutos serão debatidos “em breve” – segundo explicação do IPCB ao JF – pelo Conselho Geral, que depois fará a respetiva votação.

Em caso de aprovação, seguir-se-á o pedido de homologação junto do Ministério da Ciência e do Ensino Superior.